
LETRAS SAGRADAS NA CIDADE: catecismos, manuais e a materialidade da instrução pública na província de São Paulo

Eduardo Bezerra de Souza

Resumo

Este artigo investiga a intersecção entre a instrução pública e a doutrinação católica na Província de São Paulo durante o século XIX, no contexto do projeto civilizatório do Império do Brasil. O objetivo central é analisar como o Estado subsidiou e instrumentalizou o ensino religioso nas cadeiras de primeiras letras, transformando a instrução pública em uma ferramenta de controle social e moral. Metodologicamente, a pesquisa ampara-se nos teóricos da cultura escolar e da cultura empírica da escola para examinar um *corpus* documental primário composto por legislações, orçamentos provinciais, livros de inventário e, sobretudo, relatórios e mapas de frequência redigidos por professores entre as décadas de 1820 e 1880. A análise dessas fontes evidencia a forte materialidade da doutrina no cotidiano escolar. Os resultados demonstram que obras confessionais, a exemplo do Catecismo de Fleury e do Catecismo de Montpellier, além de iconografia sacra, foram rigorosamente contabilizadas pelo governo como utensílios escolares indispensáveis. Constatou-se que, a despeito da extrema precariedade material que marcava as escolas nas vilas interioranas e das subseqüentes tentativas de modernização pedagógica no final do Oitocentos, a formação dogmática manteve-se inabalável nas rotinas de ensino. Conclui-se que o magistério paulista e o Estado oitocentista promoveram uma escolarização elementar na qual o domínio da leitura e da escrita não visava à secularização ou à emancipação intelectual, mas operava como o veículo primordial para o adestramento comportamental e a submissão moral da infância à ordem civil e religiosa.

Palavras-chave: história da educação; instrução pública; cultura material escolar; império do Brasil; doutrinação católica.

SACRED LETTERS IN THE CITY: catechisms, manuals, and the materiality of public instruction in the province of São Paulo

Abstract

This article investigates the intersection between public instruction and Catholic indoctrination in the Province of São Paulo during the nineteenth century, within the context of the civilizing project of the Empire of Brazil. The main objective is to analyze how the State subsidized and instrumentalized religious teaching in primary education classes, transforming public instruction into a tool for social and moral control. Methodologically, the research relies on the theoretical frameworks of school culture and the empirical culture of the school to examine a primary documentary corpus composed of legislation, provincial budgets, inventory books, and, above all, reports and attendance records written by teachers between the 1820s and 1880s. The analysis of these sources highlights the strong materiality of doctrine in everyday school life. The results demonstrate that confessional works, such as the *Catecismo de Fleury* and the *Catecismo de Montpellier*, in addition to sacred iconography, were strictly accounted for by the government as indispensable school supplies. It was found that, despite the extreme material precariousness that characterized schools in countryside villages and the subsequent attempts at pedagogical modernization at the end of the nineteenth century, dogmatic training remained unshakable in

teaching routines. It is concluded that the teaching profession in São Paulo and the nineteenth-century State promoted an elementary schooling in which the mastery of reading and writing did not aim at secularization or intellectual emancipation, but operated as the primary vehicle for behavioral training and the moral submission of childhood to the civil and religious order.

Keywords: history of education; public instruction; school material culture; empire of Brazil; catholic indoctrination.

LETRAS SAGRADAS EN LA CIUDAD: catecismos, manuales y la materialidad de la instrucción pública en la provincia de São Paulo

Resumen

Este artículo investiga la intersección entre la instrucción pública y el adoctrinamiento católico en la Provincia de São Paulo durante el siglo XIX, en el contexto del proyecto civilizatorio del Imperio de Brasil. El objetivo central es analizar cómo el Estado subsidió e instrumentalizó la enseñanza religiosa en las cátedras de primeras letras, transformando la instrucción pública en una herramienta de control social y moral. Metodológicamente, la investigación se apoya en los marcos teóricos de la cultura escolar y la cultura empírica de la escuela para examinar un corpus documental primario compuesto por legislaciones, presupuestos provinciales, libros de inventario y, sobre todo, informes y registros de asistencia redactados por profesores entre las décadas de 1820 y 1880. El análisis de estas fuentes evidencia la fuerte materialidad de la doctrina en la cotidianidad escolar. Los resultados demuestran que obras confesionales, como el *Catecismo de Fleury* y el *Catecismo de Montpellier*, además de iconografía sacra, fueron rigurosamente contabilizadas por el gobierno como utensilios escolares indispensables. Se constató que, a pesar de la extrema precariedad material que caracterizaba a las escuelas en las villas del interior y de los subsiguientes intentos de modernización pedagógica a finales del siglo XIX, la formación dogmática se mantuvo inquebrantable en las rutinas de enseñanza. Se concluye que el magisterio paulista y el Estado decimonónico promovieron una escolarización elemental en la cual el dominio de la lectura y la escritura no apuntaba a la secularización ni a la emancipación intelectual, sino que operaba como el vehículo primordial para el adiestramiento conductual y la sumisión moral de la infancia al orden civil y religioso.

Palabras clave: historia de la educación; instrucción pública; cultura material escolar; imperio de Brasil; adoctrinamiento católico.

INTRODUÇÃO

No Brasil oitocentista, de bases profundamente agrárias e escravocratas, a instrução pública ia muito além dos cômodos exíguos e improvisados das salas de aula, operando de forma tática na sociedade. Nesse cenário, a religião católica desempenhou um forte papel formador e socializador, impondo-se também por meio da cultura material escolar, como impressos, manuais e utensílios pedagógicos. A partir dessa perspectiva, este artigo analisa como o catolicismo se materializou como um dispositivo de controle nas práticas cotidianas da instrução primária na Província de São Paulo ao longo do século XIX.

Fundamentado na História Cultural, o estudo investiga a cultura empírica e a materialidade das escolas paulistas. Espaços, móveis e livros são analisados não como suportes passivos, mas como um autêntico patrimônio educativo que modelava comportamentos e produzia obediência. O objetivo é abrir a “caixa-preta” da escola para compreender como o projeto macro de docilização social, guiado pela religião oficial e pela legislação civil, ganhava

forma prática no microespaço da sala de aula. Para isso, a pesquisa mobiliza um amplo *corpus* documental que abrange as dinâmicas da capital (como as freguesias do Brás, da Sé e de Santa Ifigênia) e a realidade periférica de vilas do interior e do litoral (Apiahy, Bananal, Capivari, Sorocaba e Itu). A análise cruza a legislação educacional da época, com destaque para a Lei de 1827 (Brasil, 1827), com livros de inventário de materiais escolares e relatórios elaborados pelos próprios professores.

Para detalhar essa teia histórica, o texto estrutura-se em três eixos. O primeiro aborda o projeto civilizatório e a superestrutura jurídica, demonstrando como as leis fundiram instrução elementar e moralidade cristã em uma política pública de controle social. O segundo foco recai sobre a materialidade da doutrina, utilizando os inventários para evidenciar como o Estado financiava a fé, transformando cartilhas, catecismos e imagens de padroeiras em infraestrutura escolar inegociável. O terceiro segmento analisa a ação pedagógica a partir dos relatos dos mestres, revelando como a tradição dogmática ditava o rigor das avaliações e sobrevivía, inclusive, à chegada de artefatos pedagógicos considerados modernos durante o Império.

As considerações finais apontam que a cadeira primária paulista do século XIX atuava como uma extensão direta do púlpito e do Estado. A inserção do súdito na vida civil dependia intrinsecamente de sua submissão à instrução cristã, comprovando que a religião não era uma mera disciplina acessória, mas o alicerce moral, textual e material destinado a forjar e policiar a infância em São Paulo.

A CIDADE, A LEI E A FÉ: O PROJETO CIVILIZATÓRIO DO IMPÉRIO E DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

A construção da ordem civil no recém-independente Império do Brasil dependeu fundamentalmente da religiosidade para unificar o seu vasto território agrário e escravocrata. A primeira tentativa de normatizar o ensino nacional, a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 (Brasil, 1827), determinou a criação de escolas de primeiras letras e tornou obrigatória, ao lado do ensino da leitura e do cálculo, a transmissão da moral cristã e da doutrina católica. Como apontam Gondra e Schueler (2008), o Estado imperial, amparado pelo regime do Padroado, instrumentalizou a fé para garantir a governabilidade e a coesão social, consolidando a escola como uma ferramenta estatal.

A legislação educacional oitocentista deve ser compreendida no bojo da formação do próprio Estado Nacional. Segundo Veiga (2007), a escolarização primária não nasceu de uma demanda popular por emancipação intelectual, mas atendeu à necessidade das elites de forjar um “povo civilizado”, extirpando a suposta barbárie colonial. A instrução funcionou, assim, como uma estratégia para difundir novos padrões de sociabilidade, inculcando hábitos de ordem, obediência às autoridades e temor a Deus.

Subordinada a essa diretriz macroestrutural, a Província de São Paulo organizou o seu próprio arcabouço jurídico para policiar e moralizar suas vilas. A Lei de 16 de março de 1846 (São Paulo, 1846) estipulou as bases do ensino paulista e equiparou o domínio da leitura e da escrita à assimilação da fé, reafirmando o ensino da religião oficial do Estado como um pilar inegociável. A confessionalidade não era uma escolha pedagógica, mas um imperativo legal, atuando como o cimento ideológico da civilidade.

Para garantir que a doutrina cristã não fosse apenas uma promessa legal no projeto civilizatório paulista, o Estado precisava de mecanismos práticos de controle. Essa lacuna foi

preenchida pelo Regulamento de 8 de novembro de 1851 (São Paulo, 1851), que reestruturou o ensino e transferiu o peso da lei para a vigilância cotidiana por meio da criação dos inspetores gerais e de distrito.

A partir de 1851, a religião nas escolas oitocentistas ganhou contornos de burocracia e fiscalização. Os inspetores deviam remeter relatórios sobre o “comportamento civil e moral” dos professores, atrelando a idoneidade do mestre à sua ortodoxia católica. O Estado assumiu a tutela moral tanto dos alunos quanto dos docentes, garantindo que o professor atuasse como um verdadeiro agente da fé oficial. Além disso, o regulamento inovou ao exigir um controle estrito sobre a cultura material escolar, obrigando a elaboração de um inventário anual da “mobília e dos utensílios”. Foi essa exigência que forçou os professores a catalogarem compêndios sagrados, como os catecismos de Fleury e Montpelier, nas prestações de contas oficiais.

Esse vínculo entre instrução, controle e religiosidade tornou-se ainda mais evidente no Regulamento de 14 de outubro de 1854 (São Paulo, 1854), que reestruturou o Seminário de Educandos de Sant'Anna. Destinada a meninos pobres e órfãos, a instituição articulava o letramento básico à formação de uma classe trabalhadora submissa. O regulamento instituiu o aprendizado de ofícios mecânicos (alfaiate e sapateiro) e submeteu a rotina dos alunos ao calendário litúrgico. As folgas ocorriam apenas aos “Domingos e Dias Santos”, momentos em que os educandos recebiam instrução musical e militar “depois da missa”. O seminário operava como uma máquina de higienização social: retirava o menino vadio das ruas, ensinava-lhe um ofício e o transformava em um soldado dócil, cuja farda só era vestida após a genuflexão no altar.

A união entre Estado e Igreja ia além dos conteúdos morais, ritmando o tempo da educação e demarcando espaços de poder. O Regulamento para as Escolas da Sé e Cathedral de 1839 (São Paulo, 1839), por exemplo, subordinava as férias escolares ao calendário religioso (da “Páscoa” ao “Natal”) e obrigava os professores a marcarem “residência pessoal no Coro da Sé” durante a Quaresma e a Semana Santa. Essa exigência transformava o professor público em um participante obrigatório dos ritos religiosos, atuando, aos olhos da sociedade, como um representante simultâneo da Coroa e da Cruz.

Quando o alvo das políticas públicas era a infância desvalida, a interface entre instrução e religião assumia contornos ainda mais rígidos. Documentos como o Regulamento para a Casa de Educação dos Meninos Pobres (São Paulo, 1844) e os Estatutos do Seminário das Educandas (São Paulo, 1845) mostram como o Estado, tendo o Presidente da Província como “Diretor nato” dessas instituições de internato, monopolizava o tempo da criança. A salvação dos “perigos da cidade” dava-se pela combinação rigorosa entre a doutrina cristã e o trabalho manual. No caso das meninas, a educação religiosa inscrevia-se no corpo e na rotina: aprender a bordar e a costurar sob horários delimitados pelo sino e pelas preces era a pedagogia para forjar mulheres dóceis e preparadas para os serviços domésticos.

A interiorização desse projeto civilizatório é nítida no Regulamento de 1841 (São Paulo, 1841), que estruturou o Seminário de Meninos da Vila de Itu. A lei exigia que a direção ensinasse a doutrina cristã com perfeição e mostrasse a influência da religião sobre a “felicidade social e individual”. Essa formulação atuava como uma confissão do Estado: o ensino da fé era a ferramenta escolhida para garantir a manutenção da ordem e a pacificação social.

Na segunda metade do século XIX, o aprofundamento do projeto civilizador exigiu um endurecimento do controle populacional. O Regulamento da Instrução Pública de 1869 (São Paulo, 1869) impôs o ensino primário e, conseqüentemente, o ensino da doutrina cristã às famílias, sob a ameaça de punições legais e pecuniárias. Erradicar a abstenção escolar, prevendo

até multas e notificações pela imprensa, significava, em última instância, obrigar a que as crianças paulistas fossem expostas aos catecismos de Fleury e Montpellier.

O ápice dessa regulamentação e, paradoxalmente, o prenúncio de sua ruptura, ocorreu com a Lei nº 81, de 6 de abril de 1887 (São Paulo, 1887). Já no crepúsculo do Império e sob influência do ensino intuitivo, o Estado reorganizou o ensino em três graus, mantendo a tradição católica. A lei institucionalizou a simbiose física entre Igreja e Estado, permitindo que os párocos adentrassem as escolas para ministrar a doutrina. Contudo, pela primeira vez, a instrução religiosa foi declarada “facultativa para os filhos de acatólicos”. Essa ressalva representou a primeira fissura oficial no monopólio da fé católica sobre a escola pública, abrindo caminho para o processo de secularização imposto pela República dois anos depois.

Em suma, a superestrutura jurídica erigida ao longo do século XIX consolidou a doutrina católica como o núcleo do projeto civilizatório de disciplinarização da infância. Contudo, para que a retórica da lei incidisse concretamente sobre as vilas paulistas, essa imposição precisou ganhar forma material. É nesse ponto que esta análise se desloca para a contabilidade escolar: os livros de inventário e orçamento revelam como a obrigatoriedade da fé foi traduzida em financiamento público, convertendo catecismos e imagens sacras em verdadeiras tecnologias materiais utilizadas para domesticar a sociedade.

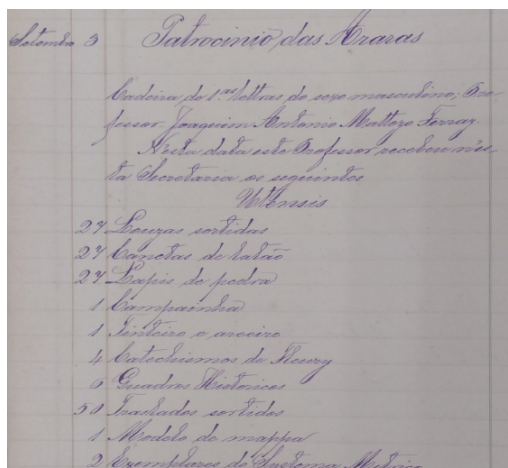
A MATERIALIDADE DA DOCTRINA: CATECISMOS COMO 'UTENSÍLIOS' ESCOLARES

A onipresença da religião nas escolas paulistas do século XIX ia muito além da retórica legal: ela possuía custo e materialidade. Para compreender a eficácia desse projeto civilizador no cotidiano, é preciso analisar a “cultura material escolar”, conceito de Souza (2007) que engloba os artefatos postos em circulação pela prática pedagógica, como mobiliário e livros. Longe de serem inertes, esses objetos revelam as estratégias de poder da época e mostram como o Estado transformou a doutrina católica em um maquinário tangível, financiando catecismos como itens prioritários da instrução pública.

Essa dinâmica fica evidente nos registros do Livro de Móveis e Utensílios da Instrução Pública (1854-1872) da Província de São Paulo. Na categoria de “Móveis”, itens como o estrado do professor garantiam a vigilância e a hierarquia, enquanto os bancos de dez palmos organizavam e disciplinavam os corpos infantis. Já na seção de “Utensílios”, os manuais religiosos figuravam como infraestrutura básica, dividindo o orçamento com sinetas, tintas, lousas e lápis.

Um padrão revelador nesses registros é a subcategoria de “Utensílios para alunos pobres”, que concentrava a maior parte dos investimentos estatais em livros. Para a infância desvalida, a Província fornecia invariavelmente um kit básico composto por gramáticas, tabuadas e quantidades exatas de compêndios sagrados, como “20 Catecismos, 20 Taboadas”. A Figura 1 ilustra o rigor contábil desse processo, conferindo materialidade à forma como a doutrina católica estruturava, na prática, as cadeiras de primeiras letras paulistas.

Figura 1: Relação dos utensílios da Escola de primeiras letras de Patrocínio das Araras – 1870



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

Um ofício de 1870 da Vila de Araras (São Paulo, 1870) comprova que o financiamento da instrução paulista era inseparável da catequese. Ao arrolar catecismos dogmáticos como despesas inegociáveis, o documento cristaliza a tese de que o Império utilizava a moralidade cristã como a principal tecnologia para “civilizar” a infância, evidenciando que a laicização do ensino ainda era uma realidade distante.

O cruzamento de dados do Livro de Inventário das Escolas de Primeiras Letras (São Paulo, 1854-1870) confirma que a doutrina católica possuía peso, quantidade e custo financeiro. No período, o Estado distribuiu 824 materiais confessionais, com um pico de 436 exemplares apenas em 1854, abastecendo tanto freguesias da capital quanto vilas do interior e do litoral. Qualitativamente, o livro sagrado foi convertido em infraestrutura básica. Nas planilhas orçamentárias, o catecismo dividia espaço com lousas, giz e campainhas, atuando como um utensílio pedagógico essencial para os exercícios de repetição, ditado e cópia. A rubrica “catecismos para alunos pobres” expõe abertamente essa engrenagem de controle social: a obra religiosa, com destaque absoluto para o Catecismo Histórico, de Claude Fleury (1860), funcionava como um antídoto moral financiado pelo Estado para esquadrihar e disciplinar as classes populares.

Tabela 1: Distribuição do Catecismo de Fleury na Província de São Paulo - 1854-1870

ANO	LOCAL	CLASSE	SEXO	QUANT.
1854	Conceição dos Guarullhos	1ª letras	M	15
1869	Paraybuna	1ª letras	F	15
1869	Itapetininga	1ª letras	M	8
1869	Arêas	1ª letras	M	6
1869	Guaratinguetá	1ª letras	F	10
1870	Guaratinguetá	1ª letras	M	12
1870	Toque Toque Grande	1ª letras	M	10
1870	Rio Grande	1ª letras	M	7
1870	Brás	1ª letras	M	4
1870	Marco de Meia Légoa	1ª letras	M	6
1870	Rio Claro	1ª letras	F	6
1870	Mogy das Cruzes	1ª letras	F	6
1870	Itu	1ª letras	M	6
1870	Tiête	1ª letras	M	6
1870	Cunha	1ª letras	M	6
1870	Bairro do Baruel	1ª letras	M	4
1870	Bragança	1ª letras	F	4
1870	Santa Cruz de Campinas	1ª letras	M	4
1870	Piraikê	1ª letras	M	10
1870	Itapetininga	1ª letras	F	1
1870	Patrocínio das Araras	1ª letras	M	4

Fonte: Elaborado pelo Autor (2026).

Longe de se restringir à capital, o mapeamento dos registros provinciais revela uma engrenagem burocrática de distribuição em larga escala. O envio sistemático de catecismos alcançava desde freguesias centrais, como o Brás, até núcleos afastados do interior e do litoral, a exemplo de Itu, Cunha, Guaratinguetá e Toque-Toque Grande. Destinada a turmas masculinas e femininas, a obra ultrapassava a mera recomendação pastoral para se consolidar como o principal “utensílio” material financiado pelo Império visando ao controle moral da infância. Os dados apontam a entrega de pelo menos 150 exemplares do Catecismo de Fleury para 21 classes, com um salto expressivo no final da década de 1860: apenas entre 1869 e 1870, 135 manuais foram despachados para as mais diversas regiões da Província paulista.

O privilégio conferido à obra de Claude Fleury por inspetores e professores não era acidental. Diferente de outros manuais focados apenas na memorização seca de dogmas, o texto era um “catecismo histórico”, repleto de narrativas bíblicas e episódios fundadores da Igreja. Na cultura escolar oitocentista, esse artefato cumpria uma dupla funcionalidade: por um lado, oferecia textos contínuos ideais para o exercício da leitura em voz alta e o treino da caligrafia cursiva; por outro, impregnava o imaginário infantil a fim de moldar o caráter do futuro cidadão por meio do temor religioso e do exemplo moral.

No entanto, a consolidação desse projeto civilizatório exigia também uma tecnologia de ensino mais coercitiva e impositiva, papel desempenhado pelo Catecismo de Montpellier (Pouget, 1817). Distanciando-se da narrativa histórica, essa obra estruturava-se em um rígido sistema de perguntas e respostas, operando na escola oitocentista como um autêntico manual de adestramento comportamental que, segundo Boto (1997, p. 15), era:

[...] de fato um catecismo, organizado por uma sequência de perguntas e respostas acerca da doutrina religiosa sobre Deus, a origem da criação do mundo, a Santíssima Trindade, os anjos e demônios, Adão e Eva, o pecado original etc. Continha ainda um compêndio breve de civilidade e urbanidade cristã para uso dos meninos, com regras

básicas de comportamento, prescrições gerais de boa educação e de cortesia, dos bons modos à mesa, o modo do vestir, do andar, do falar, advertir, repreender e agradecer.

Impressa na Bahia em 1817, a edição do Catecismo de Montpellier trazia em seu frontispício a clara missão de ensinar a doutrina cristã às crianças dos domínios portugueses. Essa intencionalidade o consolidou como um artefato pedagógico oficial no Império, rapidamente adotado nas escolas paulistas. Sua apropriação evidencia uma metodologia de ensino indissociável da catequese: o manual condicionava desde a primeira lição a “felicidade” humana à estrita observância dos preceitos divinos.

Mais do que um livro de devoção, o compêndio funcionava como um dispositivo de controle social e formação do súdito. Ao requisitar esses manuais como “utensílios” fundamentais, equiparando-os em importância a lousas e mesas, a escola primária operava como uma extensão direta da paróquia e do Estado para ordenar e civilizar a infância.

Contudo, o maciço financiamento estatal que elevou catecismos como o de Fleury e o de Montpellier à categoria de infraestrutura material não operava por inércia. Para avaliar a real eficácia desse ensino dogmático, é preciso deslocar a lente analítica dos objetos estáticos para o dinamismo da prática docente. Ao abrir a “caixa-preta” da instrução primária (Julia, 2001) por meio de mapas de frequência e relatórios manuscritos dos próprios professores, adentramos a cultura empírica da profissão (Escolano Benito, 2017). É nessa documentação que se revela como os mestres se apropriaram dessas tecnologias financiadas pelo Estado, transformando-as em rigorosas rotinas de adestramento moral no cotidiano das vilas paulistas.

A CULTURA EMPÍRICA DA ESCOLA: RELATOS DE PROFESSORES E A APROPRIAÇÃO DO SAGRADO

Para compreender a eficácia do projeto civilizatório oitocentista, é preciso cruzar as leis com a prática diária dos professores. Ao abrir a “caixa-preta” da escola (Julia, 2001) por meio de relatórios e mapas de frequência, damos voz à “cultura empírica” do magistério (Escolano Benito, 2017), isto é, ao cotidiano em que a cultura material ganha o seu verdadeiro sentido. Nessa perspectiva, constata-se que os catecismos iam muito além da simples instrução: eram engrenagens de um rigoroso adestramento ideológico e comportamental financiado pelo Estado.

Esse controle ideológico era tão institucionalizado que, na década de 1820, a capital paulista contava com cadeiras públicas exclusivas para o ensino religioso. A documentação da época destaca as “Aulas Públicas de Sagrada Escritura”, ministradas por Antônio Paes de Camargo (1825-1829), e a “Aula de Teologia Dogmática e Moral”, conduzida por Joaquim Antônio de Fernandez Saldanha (1825). Diferentemente dos mestres primários que dividiam o tempo entre a caligrafia, a aritmética e a religião, esses professores dedicavam-se unicamente ao aprofundamento dogmático. O rigor burocrático exigido pelo governo para monitorar essa instrução especializada fica evidente nos mapas de frequência, como ilustra o relatório de Saldanha na Figura 2.

Figura 2: Relatório do professor Joaquim Antônio de Fernandez Saldanha – 1825

Teologia Dogmática e Moral 3. Paulo
 das Alunas a le magistral e frequentativa a
 Aula de Teologia Dogmática, e Moral n este
 anno lectivo de 1825

O Substituto João Manoel de Almeida e
 Pinheiro, natural da Província de Minas
 Geraes frequentou na no anno passado, teve
 14, e faltou 10 dias de aula

O Subst. João Manoel de Almeida, frequentou
 quatorze dias de aula, teve poucos faltas: apor-
 tadas

O Subst. João Manoel de Almeida, filho do Sr.
 Manoel de Almeida, frequentou dez
 dias, foi atilado e em applicação, e teve
 muitas faltas

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

A instrução pública paulista oitocentista operou como um projeto orgânico de controle social, estruturado em múltiplas frentes pelo Estado. Na capital, cadeiras especializadas, como a “Teologia Dogmática e Moral”, do professor Saldanha (1825), visavam à formação de uma elite profundamente alinhada ao trinômio sustentáculo do Império: a coroa, a lei e o dogma católico. Simultaneamente, o professor Manuel Joaquim do Amaral Gurgel (1825), titular de “História Eclesiástica”, evidencia a capilaridade desse sistema: além de lecionar, Gurgel traduziu o Catecismo de Fleury. Como visto na Tabela 1, essa obra foi massivamente adquirida pelo poder público e convertida em material didático obrigatório nas escolas de primeiras letras, conectando a erudição produzida na capital ao adestramento moralizante das crianças nas vilas mais distantes.

A cultura material dessa engrenagem extrapolava os impressos, englobando a própria organização arquitetônica da sala de aula. O ofício dos professores Carlos José da Silva Telles e Vicente Cabral ([1837]), solicitando lousas e “semicírculos”, atesta a adoção do Método Lancasteriano (Ensino Mútuo). Essa mecânica pedagógica, próxima da “liturgia escolar” descrita por Boto (2003), impunha uma modernidade espacial e geométrica destinada a disciplinar os corpos infantis, servindo de palco perfeito para a repetição exaustiva dos dogmas conservadores.

A cultura empírica desdobrava-se com extremo rigor na instrução feminina. O mapa de frequência de 1846 (Figura 3), redigido pela professora Benedita da Trindade do Lado de Cristo (1846), na Freguesia da Sé, atesta que o letramento das meninas estava estritamente condicionado à métrica religiosa.

Figura 3: Mapa da professora Benedita da Trindade do Lado de Cristo - 1846

Matriculadas		Idade	Filiação	Letras	Letras	Letras	Proveitamento e Conduta
1846	Junho 30	3	Manoela Maria da Silva	10	Filha de Joaquim de Almeida	Letras	Tem bons costumes
1846	Junho 30	2	Brazilia Augusta	10	Filha de Antonio Benedito de Almeida	Letras	Tem bons costumes
1846	Junho 30	3	Rita Constança da Silva	10	Filha de Joaquim de Almeida	Letras	Tem bons costumes
1846	Junho 30	4	Ambrosina de Almeida	10	Filha de Antonio de Almeida	Letras	Tem bons costumes
1846	Junho 30	5	Isadora Augusta de Almeida	10	Filha de Antonio de Almeida	Letras	Tem bons costumes

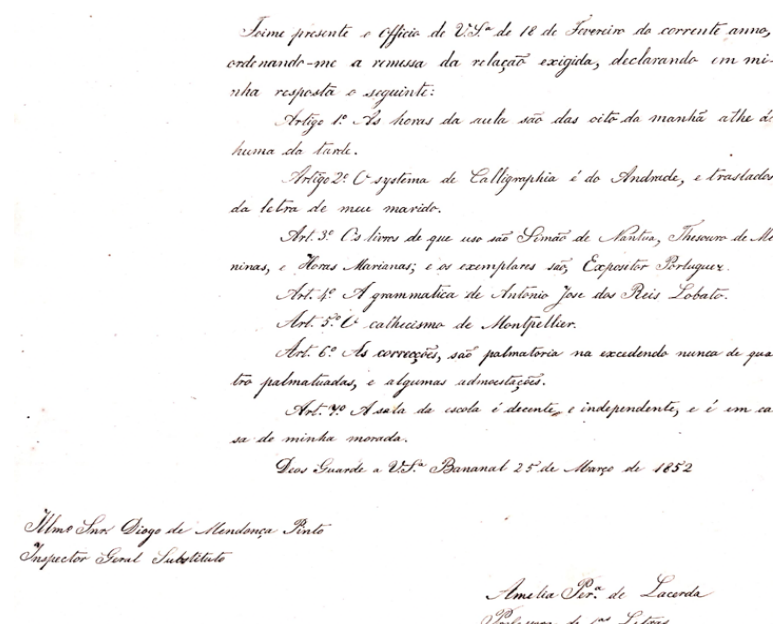
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

A recorrência do ensino religioso no relatório da professora Benedita revela uma métrica de avaliação exaustiva e padronizada. Ao registrar o “aproveitamento” de alunas como Manoela, Brazilia e Ambrosina, cujas idades variavam entre 9 e 11 anos, a mestra atesta invariavelmente que o estudo da gramática e da aritmética estava atrelado ao domínio do “catecismo” e da “doutrina christã”. Para a professora, a assimilação do dogma era o critério máximo de sucesso da instrução, culminando sempre no mesmo veredito que chancelava a aluna: “tem bons costumes” (Cristo, 1846, p. 1). Na Freguesia da Sé, o catecismo não era um mero devocionário, mas a disciplina intelectual suprema que transformava meninas, muitas vezes descritas como “rudes”, em cidadãs letradas e submissas à ordem moral.

Se na capital a instrução feminina contava com certa estruturação, a realidade nas vilas do interior expunha a face mais crua do improvável oitocentista, sem, contudo, afrouxar a vigilância ideológica. O relato de 1852 da professora Rita Lurina das Dores, regente na Vila de Cunha, escancara essa penúria: instalada em sua própria residência e desprovida de livros financiados pelo Estado, a aula funcionava sob a regra do ecletismo material. Diante da pobreza das famílias, “cada um lê o que tem” (Dores, 1852, p. 2). Em jornadas exaustivas, as meninas aprendiam a ler juntando sílabas de exemplares da Constituição, sentenças de cartório e correspondências particulares.

Para estruturar a moralidade em meio ao improvável, a professora Rita ancorava o ensino na leitura do jornal *Despertador Cristão* e na memorização do onipresente Catecismo de Montpellier. A manutenção dessa ordem não prescindia da violência, operando por meio de “castigo moral e de bolos” aplicados com a palmatória (Dores, 1852, p. 1). O caso de Cunha comprova que o abandono estrutural do Império jamais significou abandono ideológico: as alunas podiam instruir-se por meio de cartas velhas, mas o horizonte final da instrução continuava a ser o rigoroso adestramento imposto pelo Montpellier. A materialidade dessa submissão devocional na periferia paulista encontra o seu registro na Figura 4.

Figura 4: Relatório da professora Amélia Pereira de Lacerda - 1852



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

O manuscrito, datado de 1852, reproduz o relatório da professora Amélia Pereira de Lacerda, regente da cadeira do sexo feminino na Freguesia do Bananal. Ao prestar contas sobre os suportes de leitura adotados em sua classe, a mestra atesta formalmente a utilização de obras como o Expositor Português, as Horas Marianas e o Catecismo de Montpellier. A imagem desse ofício confere visualidade à cultura empírica da escola interiorana, comprovando documentalmente que a instrução das meninas nas vilas da Província operava como um dispositivo em que a alfabetização e a formação moral eram indissociáveis da doutrina católica prescrita pelo Império, conforme asseverava a mestra:

o sistema de caligrafia é do Andrade; e traslados de letra de meu marido; os livros de que uso são Simão de Nantua, Tesouro de meninas e Horas Marianas e os exemplares são: Expositor português, a Gramática de Antônio José dos Reis Lobato, o Catecismo de Montpellier (Lacerda, 1852, p. 1).

A documentação oitocentista de vilas como Bananal e Capivari evidencia a profunda ligação entre a instrução pública, o controle de gênero e a doutrina católica no Império. Em Bananal, a educação feminina utilizava referências caligráficas masculinas e apoiava-se estritamente na fé para o ensino da leitura e da moralidade. O uso de devocionários e catecismos lado a lado com gramáticas servia para incutir nas alunas o seu papel de submissão na sociedade cristã, confirmando a tese de Boto (2003) sobre o rigoroso controle social exercido pela escola. Esse projeto civilizatório era tão impositivo que a doutrinação religiosa sobrevivia intacta e inegociável, mesmo em cenários de extrema privação material e estrutural. Esse paradoxo do ensino provincial é atestado de forma contundente em um ofício do professor Antônio Leite de Campos (1852), da Vila de Capivari, que expõe como a fé prevalecia mesmo na mais absoluta escassez de recursos, conforme mostra a Figura 5.

Figura 5: Relatório do professor Antônio Leite de Campos - 1852

Vencidos existentes.	
15 Cartas de Syllabus para letura.	
12 Transferidos p. ^o serenos.	
16 Pedras p. ^o escrever, estas sem lapis.	
3 Catecismos da doutrina Christã.	

Capurary 27 de Março de 1852

O Professor Antônio Leite de Campos

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

O relato do professor Antônio (Campos, 1852) corrobora a tese de Hilsdorf (2003) sobre a extrema precariedade das escolas imperiais, revelando um cenário em que faltavam até mesmo lápis para as pedras de escrever, mas não faltavam catecismos. Esse contraste demonstra que, embora o Estado oitocentista falhasse em prover recursos pedagógicos básicos, a doutrinação religiosa e o projeto ideológico de docilização da infância permaneciam inegociáveis. Essa inseparável fusão entre o ensino dogmático e a burocracia estatal também se materializava no próprio planejamento financeiro das aulas rurais, como atesta a Figura 6: o orçamento escolar do professor Luís Gonçalves da Rocha (1854), em Sorocaba, evidencia o peso contábil do sagrado nas contas oficiais da instrução pública.

Figura 6: Relatório do professor Luís Gonçalves da Rocha - 1854

Orçamento das despesas annuaes que se deve dispender com a aula e Atens.	
Aluguis da Salla para aula	35000
Aluguis do Resma	25000
Lapis, Pennas, tinta	25000
Catecismos	40000
Dito de Flury	+
Cartilha Nacional	+
Arithmetica	+
Geographia	+
Dicionario Portuguez	+
Geometria	+
Publica	+
Collecção de transferidos	+

Campo Largo 15 de Set. de 1854

O Professor Luís Gonçalves da Rocha

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

O manuscrito do professor Luís Gonçalves evidencia como as demandas escolares se dividiam entre a organização espacial e o provimento pedagógico. Para assegurar a vigilância e a disciplina, o mestre solicitava um “estrado” e “bancos da mesma compridão”. Contudo, é no orçamento anual que o peso do ensino religioso se revela inegociável: ao lado de despesas básicas como o aluguel da sala, papel e tintas, sua enxuta biblioteca de apenas oito compêndios incluía três obras estritamente dogmáticas: “1 catecismo; 1 dito de Fleury [...] 1 Bíblia”. Isso demonstra que, para o Estado e para os docentes, esses livros não eram leituras complementares, mas ferramentas essenciais de trabalho, convertendo o financiamento imperial da instrução primária no custeio direto da catequese, tratada como uma despesa tão quantificável e fundamental quanto a infraestrutura física. Essa cultura material, no entanto, transcendia os textos impressos e projetava-se visualmente nas paredes das salas de aula. Tal dimensão arquitetônica e doutrinária ganha forma no ofício de 1856, representado na Figura 7, em que o professor João Antônio de Oliveira Campos, regente da escola masculina da Freguesia do Brás, detalha suas requisições de móveis e utensílios ao Governo Provincial (Campos, 1856).

Figura 7: Relatório do professor João Antônio de Oliveira Campos - 1856

*Relação dos móveis e utensílios necessarios p^a a Escola de
1^{as} Letras da Freg^a do Brás (des. manuscrito) no comit. anno
de 1856 - p^a 33. Submissos pobres.*

Móveis -

- 1 Par de Suetários p^a a Mesa do Profem
- 1 Campanella
- 2 Cadeiras finas p^a o Profem e para as penhas do Munim
- 2 D^{as} de madeira p^a o Profem e para as penhas do Munim
- 5 Regras
- 1 Quadro de St. d. da Conceição - Padroeira d. Escola
- 1 Suetim p^a o Munim e para as penhas do Munim
- 1 Bote de madeira p^a a agua, com 1 prato e 1 Copo.
- 1 Bracia, e 1 Lavatorio de made.
- 1 Bacia
- 1^o p^a rebocar e caisar a dalle da Escola. - 15 fl. (p^a a 1^o de 1856)
- 6 Suetim p^a os bancos do Munim -
- 1^o de madeira e compasso - com o 2^o de 1856 p^a a 1^o de 1856

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

A presença de imagens sacras nas escolas, como crucifixos e quadros de padroeiras financiados pelo Estado, revela que a instrução imperial ocorria sob constante vigilância religiosa. Mesmo no final do século XIX, quando o ensino paulista vivenciou uma modernização didática com a adoção de pedagogias europeias e novos manuais, compêndios como o Catecismo da Diocese de São Paulo mantiveram sua posição central. Esse cenário evidencia que o Estado atualizou suas ferramentas pedagógicas, mas recusou-se a secularizar o núcleo moral da educação, subordinando o desenvolvimento intelectual das crianças ao rigor do dogma católico. Essa força inabalável da tradição, presente até nas vilas mais afastadas, é atestada em documentos como o relatório do professor Urbano Sabino (Mello, 1881), de Apiahy. O documento comprova a transmutação metódica da teologia, do catálogo de orações e do Catecismo de Montpellier em conteúdos fundamentais e inegociáveis da instrução elementar, conforme apresenta a Figura 8.

Figura 8: Relatório do professor Urbano Sabino de Pessoa de Mello - 1881

Ensino = Leitura de manuscritos e impressos alternada; calligrafia por manuscritos, impressos e desenho; problemas fáceis sobre as operações fundamentais dos inteiros e decimais, pesos e medidas decimais, juros; grammatica de côr tres vezes por semana; analyse grammatical tres vezes por semana; redacção uma vez; desenho linear duas vezes por semana; taboada completa por cartões duas vezes por semana; doutrina, catalogo de orações primitivas, como os mandamentos da lei de Deos, as obras de misericordia. etc.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

A instrução pública paulista do final do século XIX funcionava, na prática, como uma extensão do Estado e da Igreja, priorizando o controle social e a docilização da infância em detrimento da emancipação intelectual. Relatos de professores de vilas como Apiahy (Mello, 1881) e Tatuí (Chavier, 1885) evidenciam que, mesmo com a introdução de cartilhas modernas e novos métodos pedagógicos europeus, o ensino continuava estruturalmente atrelado à memorização de dogmas, orações e manuais como o Catecismo de Montpellier. Dessa forma, apesar das inovações metodológicas e da constante precariedade material das escolas, o projeto civilizador imperial modernizou apenas a forma de ensinar, recusando-se a secularizar o conteúdo moral e garantindo a submissão dos alunos sob a força inegociável da tradição católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo central analisar como o catolicismo se materializou como um dispositivo de controle nas práticas cotidianas da instrução primária na Província de São Paulo ao longo do século XIX. A história da instrução pública paulista oitocentista revela que a ordem social dependia de uma forte aliança política e ideológica. Apoiado no regime do Padroado, o Estado imperial utilizou a doutrina católica como ferramenta de governabilidade e coesão. Dessa forma, a escola de primeiras letras consolidou-se como uma extensão do altar e do poder central, constituindo-se como um campo nevrálgico de disputas.

Os achados desta pesquisa demonstram que essa união estrutural esbarrava na realidade provincial, marcada pela extrema precariedade, com aulas improvisadas em pardieiros ou nas casas dos professores. Contudo, a falta de infraestrutura física contrastava frontalmente com a fartura do financiamento religioso. Na ausência de tetos adequados ou de materiais básicos de escrita, a presença de Bíblias, estampas de padroeiras e catecismos, como o de Fleury, mantinha-se inegociável. Esses itens da cultura material escolar não eram meros objetos, mas operavam como verdadeiras “tecnologias governamentais” empregadas estrategicamente para moldar corpos e consciências. Ao abrir a dinâmica diária e observar a cultura empírica das escolas por meio da análise de relatórios e mapas de frequência de diversas regiões paulistas, da central Freguesia da Sé a vilas periféricas como Apiahy e Capivari, notou-se que o sucesso intelectual dos alunos estava diretamente atrelado à memorização exaustiva do Catecismo de Montpellier e à demonstração de “bons costumes”.

Constatou-se que o ensino primário era, essencialmente, um adestramento disciplinar no qual a escola se apropriava da vigilância e do temor religioso para garantir a submissão dos estudantes. O tema, contudo, longe de se esgotar, abre vastas possibilidades para pesquisas futuras. Indica-se a necessidade de estudos arquivísticos aprofundados sobre a preservação dessa cultura material religiosa, análises comparativas para medir as assimetrias regionais na distribuição desses impressos e investigações sobre as diferenças de gênero no uso desses devocionários. Além disso, é fundamental entender como essa cultura dogmática escolar resistiu (ou se transformou) diante do avanço do discurso laico e republicano na virada do século.

Em suma, a governabilidade imperial sustentou-se no trinômio cidade, educação e religião. A escola paulista oitocentista não foi concebida para emancipar a infância, mas para domesticá-la. A inserção social nas incipientes vilas exigia invariavelmente uma educação baseada no dogma sagrado, garantindo que a ordem repousasse, simultaneamente, na força coercitiva da lei e no inquestionável temor a Deus.

REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622003006100008>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/5XHnXS583pw3QLYfMXXfh7b/?format=html&lang=pt>. Acesso em 12 maio 2026.
- BOTO, Carlota. *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX* português. 1997. 606 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Rio de Janeiro: Colecção das Leis do Império do Brasil, 1827.
- CAMARGO, Antônio Paes de. *[Mapas de frequência das Aulas Públicas de Sagrada Escritura]*. São Paulo, 1825-1829. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província.
- CAMPOS, Antônio Leite de. *[Relatório da escola de primeiras letras do sexo masculino]*. Vila de Capivari, 1852. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- CAMPOS, João Antônio de Oliveira. *[Ofício com requisição de móveis e utensílios]*. Freguesia do Brás, São Paulo, 1856. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- CHAVIER, Cezário Longo. *[Relatório da escola de primeiras letras]*. Capela de Passa-Três, Tatuí, 1885. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- CRISTO, Benedita da Trindade do Lado de. *[Mapa de frequência da escola pública de meninas]*. Freguesia da Sé, São Paulo, 30 nov. 1846. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- DORES, Rita Lurina das. *[Relatório de atividades da escola primária do sexo feminino]*. Vila de Cunha, 1852. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.

- ESCOLANO BENITO, Agustín. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea, 2017.
- FLEURY, Claude. *Catecismo histórico: contendo em abreviado a história santa e a doutrina christã*. Paris: Ernest Meyer, 1860.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GURGEL, Manuel Joaquim do Amaral. *[Mapa de frequência da Aula Pública de História Eclesiástica]*. São Paulo, 1825. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.
- LACERDA, Amélia Pereira de. *[Relatório da cadeira do sexo feminino]*. Freguesia do Bananal, 1852. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- MELLO, Urbano Sabino de Pessoa de. *[Relatório da escola de primeiras letras]*. Vila de Apiaí, 1881. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- POUGET, François-Aimé. *Catecismo da Diocese de Montpellier: impresso por ordem do Bispo Carlos Joaquim Carlos Colbert traduzidos na língua portuguesa para por eles ensinar a doutrina cristã aos meninos nas escolas dos Reinos e Domínios de Portugal*. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1817.
- ROCHA, Luís Gonçalves da. *[Orçamento de despesas anuais da escola]*. Vila de Campo Largo de Sorocaba, 15 abr. 1854. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- SALDANHA, Joaquim Antônio de Fernandez. *[Mapa de frequência da Aula de Teologia Dogmática e Moral]*. São Paulo, 1825. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província.
- SÃO PAULO (Província). *Estatutos do Seminário das Educandas*. São Paulo, 1845. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- SÃO PAULO (Província). *Lei nº 34, de 16 de março de 1846*. Estabelece a regra para a instrução primária na Província. São Paulo: Assembleia Legislativa Provincial, 1846.
- SÃO PAULO (Província). *Lei nº 81, de 6 de abril de 1887*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1887.
- SÃO PAULO (Província). *Livro de móveis e utensílios da Instrução Pública*. São Paulo, 1854-1872. Manuscrito. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- SÃO PAULO (Província). *[Livro de Inventário das Escolas de Primeiras Letras: Tabela do Catecismo de Fleury]*. São Paulo, 1854-1870. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- SÃO PAULO (Província). *[Ofício com requisição de móveis e utensílios]*. Vila de Araras, 1870. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.
- SÃO PAULO (Província). *Regulamento da Instrução Pública da Província de S. Paulo, aprovado em 20 de março de 1869*. São Paulo: Typographia Americana, 1869.

SÃO PAULO (Província). *Regulamento de 14 de outubro de 1854*. Reestrutura o Seminário de Educandos de Sant'Anna. São Paulo: Typographia do Governo, 1854.

SÃO PAULO (Província). *Regulamento da Instrução Pública, de 8 de novembro de 1851*. São Paulo: Typographia do Governo, 1851.

SÃO PAULO (Província). *Regulamento para a Casa de Educação dos Meninos Pobres da Capital*. São Paulo: Typographia do Governo, 1844.

SÃO PAULO (Província). *Regulamento para a Casa de Educação dos Meninos Pobres de Itu*. São Paulo, 1841. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.

SÃO PAULO (Província). *Regulamento para as escolas da Sé Catedral*. Editado por Venâncio José Lisboa. São Paulo, 1839. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Cultura escolar, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

TELLES, Carlos José da Silva; CABRAL, Vicente. *[Relatório com solicitação de quadros negros para semicírculos]*. Freguesias de Santa Ifigênia e da Sé, São Paulo, [1837]. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Instrução Pública.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

Submetido em março de 2026

Aprovado em maio de 2026

Informações do autor

Eduardo Bezerra de Souza

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: edu10pontos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1047-0789>

Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6962534236946113>